

DESIGUALDADE ECONÔMICA, UM AGRAVANTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Júlia Vieira Bento¹

Jailton de Souza²

Ângela de Araújo Costa³

Recebido em: 28/05/2024

Aprovado em: 10/07/2024

Resumo: Este trabalho tem como objetivo explorar os diversos fatores que geram e agravam a desigualdade econômica enfrentada pela sociedade brasileira, abrangendo a educação de baixa qualidade, desafios da saúde pública, desigualdade entre os gêneros, mobilidade social e a educação financeira precária. A metodologia utilizada neste estudo consiste em pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo diversas fontes, como livros, artigos científicos e leis. Para tanto, foi realizado como técnica de pesquisa o levantamento de referenciais teóricos.

Palavras-chave: economia; sociedade; educação; saúde; gênero.

Economic Inequality, An Aggravating Factor in Brazilian Society

Abstract: This work aims to explore the various factors that generate and exacerbate the economic inequality faced by Brazilian society, encompassing low-quality education,

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Minas Gerais. julinhavbbh@gmail.com

² Mestre em administração, Especialista em Criminologia pela PUC, Especialista em andamento de Psicopedagogia e Psicologia Escolar, Graduado em Psicologia pela Faculdade Metropolitana de BH. Coordenador o NAAP (Núcleo de Atendimento e Atenção Psicopedagógica) no Centro Universitário Estácio de Sá Belo Horizonte campus: Floresta, Prado e Venda Nova; Coordenador do o NUAP (Núcleo de Atenção Psicopedagógica) da FAMIG.

³ Revisor. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA - BH. Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Direito pela Faculdade Minas Gerais - FAMIG. Especialista em Língua Portuguesa - Leitura e Produção de Textos pelo Centro Universitário Uni-BH e graduada em Letras pelo Centro Universitário Newton Paiva.

challenges in public health, gender inequality, social mobility, and inadequate financial education. The methodology used in this study consists of bibliographic and documentary research, encompassing various sources such as books, scientific articles, and laws. The research technique employed included gathering theoretical references.

Keywords: economy; society; education; health; gender.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo explorar sobre a desigualdade econômica e os principais prejuízos causados por ela aos cidadãos de baixa renda. O Brasil, ao longo de décadas, sofre uma grande disparidade econômica, fenômeno complexo e multifacetado que molda a estrutura social e econômica do país. Essa disparidade pode ser observada desde o período feudal, onde os senhores de engenho eram os que detinham todo o lucro gerado pelos servos no cultivo dos feudos. Lamentavelmente, ela tem repercussões profundas na qualidade de vida de grande parte da população.

Para tanto, o primeiro capítulo aborda sobre o artigo 205 da Constituição Federal, que trata sobre a educação dos cidadãos, relata os desafios enfrentados pelas escolas públicas mantidas pelo governo brasileiro a partir das verbas disponibilizadas, desafios como a falta de professores qualificados, e os prejuízos causados aos estudantes, como o ensino de baixa qualidade.

Já no segundo capítulo, será evidenciado sobre os desafios da saúde pública, como a falta de leitos e a demora no atendimento, e os prejuízos causados à população, em especial, a população de baixa renda, uma vez que ela é a que mais usufrui desse serviço.

Além disso, será discutido também sobre a desigualdade de gênero na sociedade, principalmente no meio trabalhista, onde empresas optam por promover homens às mulheres a cargos mais altos, prejudicando assim o desenvolvimento empresarial e econômico da mulher. Será abordado também sobre a educação financeira, o que ela é e o que a falta dela

por causar. Bem como será abordado sobre o que é a mobilidade social e se, nos tempos atuais, é possível realizá-la.

Para a confecção do estudo fora empregado o método de pesquisa bibliográfico, realizando uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas para utilizar como citações, utilizando uma abordagem qualitativa.

2 Educação pública

De acordo com o artigo 205 da CF/88, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao analisarmos este artigo, constatamos que a educação é fundamental para todo ser humano, uma vez que ela forma cidadãos íntegros, desenvolve valores éticos e faz com a população compreenda seus direitos e deveres. Todavia, para que isso ocorra, a educação precisa ser de qualidade e eficiente.

Ao progresso alcançado no tocante à oferta de vagas, no entanto, sobrepõem-se vários desafios. Além de ainda haver uma porcentagem residual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há os que não aprendem ou que progridem lentamente, repetem o ano e acabam abandonando os estudos. Os fatores que contribuem para essas dificuldades estão relacionados à qualidade do ensino, a gestão das escolas e sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência e às desigualdades sociais dos próprios alunos e de seus familiares. (ABRAHÃO, 2006, p. 16)

Atualmente, o maior número dos estudantes brasileiros frequenta instituições escolares públicas. Essas instituições são verbalmente mantidas pelo governo brasileiro, todavia, lamentavelmente, grande parte delas possui baixa qualidade e eficiência no ensino. Como exemplos dessas características, possuímos livros com pouca didática, professores não qualificados e não aprofundamento em matérias de ensino fundamental e médio. Essas características, lamentavelmente, fazem com que os estudantes, em sua maioria, de baixa renda, não consigam buscar por escolas com um ensino educacional eficaz, como instituições públicas que realizam processo seletivo, uma vez que para realização desses processos, é necessário possuir uma eficiente base de ensino.

Vale salientar também que, a maioria das instituições escolares com o ensino eficaz e qualificado, são particulares. Os estudantes dessas instituições são aqueles que possuem uma boa renda familiar, ou seja, aqueles que possuem renda suficiente para arcar com mensalidades de 400 a 1200 reais, o que não é a realidade do cidadão de baixa renda. Com isso, constatamos que aqueles sem condições econômicas favoráveis são os mais prejudicados no meio educacional.

Não é possível, hoje em dia, aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem se consegue educar adequadamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria. Por isso mesmo, ao se traçar uma política educacional, há de se evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se enfrentadas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio. (GOLDEMBERG, 2005)

A maior ou menor facilidade de acesso à escolarização e a garantia de qualidade dessa escolarização pode ser considerada como aproximação de maiores oportunidades individuais de liberdade e condições de vida consideradas mais favoráveis. (MONTEIRO, 2001, p. 4)

Ainda que as relações entre escola pública, especialmente nos níveis fundamental e médio, e educação popular não sejam questão central na formulação das políticas públicas, a análise do cotidiano escolar evidencia que a atuação na escola pública, hoje, não pode desconsiderar as classes populares que a constituem. (TERESA, 2007, p. 2)

A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (ABÁDIA, 2009, p. 10)

3 Saúde pública

A saúde é um dos principais pilares discutidos pela população brasileira, principalmente a saúde pública. Atualmente, como representante da saúde pública, possuímos o Sistema Unificado de Saúde (SUS). Ao longo dos anos, o SUS passou por diversas transformações, como construção de novos hospitais e aquisição de equipamentos médicos avançados. Entretanto, mesmo após diversas mudanças, ainda enfrenta alguns desafios. Como exemplos temos: falta de medicamentos, falta de médicos, falta de leitos nos hospitais e demora excessiva no pronto-atendimento.

Fragilidade institucional e ineficiência da gestão de sistemas, serviços e recursos, em parte pela insuficiência no processo de incorporação de tecnologias de gestão adequadas ao manejo de organizações complexas, seja na área de planejamento, orçamentação, avaliação, regulação, sistemas de informação, seja na área de gestão de serviços, como hospitais e outras unidades de saúde que demandam a utilização de tecnologias e instrumentos de gestão modernos e adequados às especificidades das organizações de saúde. (SILVA e FONTES, 2007, p. 5)

A insatisfação quanto ao tempo de espera por um tratamento tem-se mostrada rotineira nos serviços, como foi relatado por Andrade e Ferreira (2006), em estudo conduzido no município de Pompéu (MG). Em outra pesquisa (FRANCO; CAMPOS, 1998), realizada em um ambulatório de pediatria do SUS, a demora para receber atendimento foi o principal problema apontado pelos usuários. A espera prolongada foi também identificada (KLOETZEL et al., 1998) como o motivo número um de insatisfação da clientela, além da reclamação de haver insuficiência quanto à possibilidade de agendamento de novas consultas. (ADAS e ANTÔNIO, 2001)

Ao analisarmos o cenário dos hospitais públicos, é possível constatar que a maior parte dos cidadãos que usufruem da saúde pública são cidadãos pobres. Esses cidadãos são “obrigados” a usufruírem da saúde pública, pois não possuem recursos financeiros suficientes para arcar com consultas e tratamentos particulares. Isso vem trazendo muitas consequências, uma delas é o número significativo de mortes por deficiência no atendimento ou não atendimento. Então, em consequência dos fatores supracitados, conclui-se que a saúde dos cidadãos mais pobres é significativamente prejudicada em relação àqueles que não necessitam do serviço público.

É nesse sentido que procura-se investigar equidade vertical no Brasil, com base no rendimento auferido pelas pessoas, ou seja, pretende-se verificar se indivíduos pobres e não-pobres possuem diferentes necessidades de cuidados com a saúde, e também tratamentos diferenciados quanto ao acesso aos serviços de saúde. Utilizou-se como proxy do acesso aos serviços de saúde uma variável de consumo, que permitiu avaliar não só a existência de desigualdade no uso dos serviços de saúde entre pobres e não-pobres, mas também a probabilidade de procurar esse

tipo de serviços segundo a presença ou não de algumas características individuais, domiciliares e regionais. (NEIRI e SOARES, 2006)

A economia política da saúde leva em consideração a existência de relações econômicas que criam desigualdades na renda, na riqueza e na saúde em particular. O conceito de desigualdade referencia a relação entre desenvolvimento e justiça social, estando relacionado com a distribuição de renda, educação, moradia, serviços (serviços de saúde, abastecimento de água e saneamento ambiental), acesso ao emprego, a bens de consumo, à terra, bem como ao poder de decisão e de influência social. (REGINALDO, 2006)

As pessoas com avaliação de saúde ruim/muito ruim foram as que apresentaram maior prevalência do acesso precário aos serviços de saúde. Esse tipo de autoavaliação de saúde pode estar relacionado à presença de um elevado número de morbidades, fragilidade e outras condições de saúde, as quais determinam uma maior necessidade de utilização do serviço e elevada chance de deparar-se com barreiras no acesso. (NAYARA, LEANDRO, GOMES, MIRANDA, ARAUJO e RIBEIRO, 2020, p. 10)

4 Desigualdade de gênero

Ao longo dos séculos, a desigualdade entre o sexo feminino e masculino foi muito vivenciada. Neste contexto, as mulheres foram as mais prejudicadas. Como exemplos de prejuízos causados a essas mulheres temos: a falta de acesso ao estudo e ao emprego devido a fatores sociais. Devido às diversas mudanças ocorridas na sociedade, a igualdade entre os gêneros passou a ser vivenciada, podendo as mulheres, então, terem acesso ao estudo e ao trabalho. Todavia, ainda há alguns obstáculos a serem vencidos para que a igualdade de gênero seja de fato plena. Como exemplo de principal obstáculo, temos o reconhecimento no meio empresarial.

As disputas por promoção ocorrem com frequência, no entanto, na maioria dos casos, as empresas optam por promover homens às mulheres.

Ao analisar o motivo dessa opção, observou-se que as empresas preferem promover homens devido à sua maior disponibilidade. Embora o cuidado com a casa e com os filhos também seja uma responsabilidade do homem, a sociedade ainda impõe essas tarefas às mulheres. Esse cenário, então, dificulta que as mulheres alcancem melhores condições de vida a partir do crescimento profissional e econômico, mesmo elas possuindo capacidade suficiente para isso.

A desigualdade de gênero no trabalho e na renda manifesta-se em praticamente todos os países do mundo. As disparidades de renda entre o homem e a mulher, ou a distância (*gap*) de renda de gênero, têm despertado um grande esforço de investigação e interpretação tanto na literatura econômica quanto na sociológica (ALCIDES, 2008, p. 4).

Em contrapartida, a realidade laboral experimentada pelas mulheres sofre influências marcantes de gênero, não somente em aspectos relacionados à dupla jornada de trabalho, mas também pela distribuição dos tipos de tarefas e dos postos de trabalho. Mesmo quando as mulheres conquistam as mesmas ocupações que os homens, existem diferenças significativas: os homens ocupam os cargos mais valorizados e recebem melhores salários (SANTANA, 2015, p. 5).

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social (ABRAMO, 2006, P. 1).

Pesquisa e estudos empíricos¹⁰ têm demonstrado que, no Brasil, as mulheres, sobretudo as mais pobres, carecem não apenas de renda monetária, mas de meios in natura/serviços para ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e expandir suas posições no mercado de trabalho, superando iniquidades de toda sorte (LAVINAS e NICOLL, 2010, P. 3).

Quando observamos o que se passa com as condições sob as quais homens e mulheres, negros e brancos, são incluídos no trabalho industrial, vemos que outras desigualdades se manifestam. Os diferenciais de salário são um exemplo eloquente. Tomamos, numa primeira aproximação, uma simples razão entre rendimentos médios, segundo grupos de sexo e cor (ARAÚJO, 2009).

5 Educação financeira

O que é a educação financeira? A educação financeira consiste no aprendizado de como lidar com recursos financeiros recebidos, incluindo decisões acertadas sobre gastos, investimentos, entre outros. Essa educação, há alguns anos, não era de conhecimento de grande parte da população brasileira. Atualmente, devido às redes sociais, ela passou a ser reconhecida por boa parte da população. Esse reconhecimento tomou grandes proporções pois os consumidores do conteúdo compreenderam que saber administrar o dinheiro que recebem pode trazer inúmeros benefícios como planejamento adequado de investimentos, aumento da segurança financeira e melhoria da qualidade de vida.

Todavia, ainda há uma parcela significativa da população que ainda desconhece a educação financeira, e esse desconhecimento traz consigo diversos prejuízos. Como exemplos temos: a contratação de dívidas desnecessárias, escassez de recursos para cumprir com obrigações essenciais como conta de luz, água, aluguel, entre outras, e impossibilidade de investimentos. Esses prejuízos não permitem, na maioria dos casos, que os cidadãos tenham uma boa qualidade de vida.

Dessa forma, compreende-se que entender sobre como gerir as finanças é muito importante. Aprender sobre isso mais cedo, previne que sejam feitos gastos errôneos. Nesse sentido, em consonância com a busca por uma educação brasileira de qualidade nas instituições públicas, é sugerido que seja englobada a educação financeira, para que os alunos tenham consciência em relação aos gastos e possam trabalhar para que tenham qualidade de vida no futuro.

Além disso, no site da organização consta que “A Educação Financeira tornou-se um importante complemento da conduta do mercado e da regulamentação prudencial e melhorou os comportamentos financeiros individuais, uma prioridade política de longo prazo em muitos países” (OECD, 2017a). Os dois excertos acima sinalizam uma preocupação de conduzir as condutas dos indivíduos, de modo a torná-los prudentes no trato com o dinheiro e capazes de assumir a responsabilidade de gerir suas finanças com autonomia, mesmo nas situações mais adversas. Essas habilidades, segundo a OCDE, repercutiriam tanto em seu bem-estar quanto no bom funcionamento dos mercados. (SCHUCK, 2017)

Observa-se, porém, que no Brasil a maioria da população apresenta problemas de gestão em suas finanças pessoais e endividamento (Borges, 2013). Desta forma, vê-se uma necessidade ainda maior de intervenção governamental para formação de cidadãos instruídos financeiramente. (LIMA e BRITO, 2024, p. 11)

Na realidade, as boas práticas de finanças pessoais são fundamentais hoje em dia, pois ajudam os brasileiros a planejar e a investir para um futuro mais seguro. Isso, por sorte, está merecendo atenção da mídia, que, sabedora das dificuldades dos aposentados e desse descompasso entre visão de futuro e falta de poupança, muito está fazendo pela iniciação financeira no Brasil. Ela pode ajudar às famílias terem a disciplina de poupar, dando a oportunidade de ter melhores condições para financiar a educação dos filhos, terem um plano de saúde, e uma vida mais confortável. (Meneghetti, 2014, p. 25)

Nesse sentido, Carvalho (1999) realça que a escola é o lugar ideal para se implantar uma nova cultura financeira. O autor, apoiado no Código de Defesa do Consumidor, na pesquisa de mercado e nos conhecimentos matemáticos envolvidos, acredita que se podem construir atividades que orientem os alunos na hora de escolher entre comprar à vista ou a prazo, bem como a recorrer a seus direitos, inclusive quando pagam antecipadamente uma prestação que tem juros embutidos. (ARAÚJO e FRANCISCO, 2018, p. 6)

A educação financeira tem apresentado grande relevância para o contexto socioeconômico e vem obtendo papel de destaque no Brasil. Assim, vem abrindo caminhos para pesquisas relacionadas ao tema, bem como possibilidades de desenvolvimento de ações e programas tanto pelo setor público quanto privado, objetivando contribuir para a elevação do nível de educação financeira da sociedade. (SOARES, BERTO, GREATTI e SELA, 2021, p. 2)

6 Mobilidade social

A mobilidade social refere-se às mudanças nas posições de indivíduos ou grupos sociais dentro de uma estrutura social hierárquica. Há alguns séculos, essa mobilidade era quase impossível de ser vivenciada pelos cidadãos. Um exemplo claro disso é a hierarquia social do período Feudal, que se estendeu do século V ao XV. Durante este período, aqueles que nasciam em uma família nobre morriam nobres, enquanto aqueles que nasciam servos morriam servos, mantendo-se assim a rígida estrutura social.

Entretanto, com o passar dos anos, a mobilidade social tornou-se possível devido às políticas públicas de desenvolvimento educacional, social e cultural, com isso, pessoas que nasciam em condições de pobreza passaram a ter oportunidade de ascender economicamente para classes mais altas. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Entre eles, destacam-se a baixa qualidade na educação, a falta de acesso ao ensino superior e à tecnologia. Dificultando assim o acesso a melhores empregos.

Na verdade, abundam evidências e estudos específicos no sentido de que mais concentração de renda e desigualdade provocam menos mobilidade social. GODOI, Marciano Seabra de. Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: a persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade. (GODOI, 2022, p. 8)

A sociedade brasileira apresenta o aparente paradoxo de conviver com uma elevada desigualdade socioeconômica e muita mobilidade social intergeracional. Isso ocorre porque as mudanças na inserção ocupacional entre gerações seguem um padrão de movimentação de curta distância, reproduzindo em grande medida as desigualdades socioeconômicas. Apesar da elevada mobilidade, a origem social exerce um papel importante na determinação do campo de possibilidades de conquista de posições na estrutura socioeconômica. (PERO, 2009, p. 3)

Em suma, os brasileiros continuam entrando e saindo em diferentes estratos sociais. Isso sugere que os pobres não permanecem pobres a vida inteira. Nos estratos mais baixos, saem uns, entram outros. Assim como há novos ricos, há também novos pobres. (Pastore e Vale, 2000, p. 2)

Ao destacar que as chances daqueles nascidos no seio das elites socioculturais da sociedade se manterem nessa condição em sua vida adulta são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, no futuro, Bourdieu ressalta a dimensão estrutural da condição de inserção social, que relega ao segundo plano a possibilidade dos esforços individuais romperem as fronteiras de classes. (Jucobowski e Couto, 2009)

Em um contexto capitalista ideal, apenas o esforço e as escolhas do indivíduo deveriam determinar seu sucesso e influenciar sua mobilidade social (Ribeiro, 2012). Tendo em vista que a realidade não condiz com esse cenário, questões como desigualdades de acesso e de pontos de partida reduzem as possibilidades de uma disputa meritocrática na sociedade. (FRANKLIN e Soares, 2024, p. 16)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante ao exposto, ao longo deste trabalho, foi explorado o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que diz que todos possuem o direito à educação. Foi explorado também sobre as adversidades enfrentadas pelas instituições escolares públicas. Concluiu-se que, em decorrência das adversidades, a população de baixa renda é a mais prejudicada com relação à educação.

Além disso, foi abordado sobre a saúde pública. Seus desafios e como a sociedade é vítima deles.

Ademais, este trabalho também abordou sobre a educação financeira e o que a falta dela pode acarretar para a população. Abordou-se também sobre a desigualdade entre o sexo masculino e feminino, em especial, no meio trabalhista. Por fim, foi abordado sobre a mobilidade social nos tempos atuais e os desafios que a população enfrenta para alcançá-la.

Portanto, entender as consequências da desigualdade econômica na sociedade brasileira é crucial para compreendermos quais impactos ela pode trazer aos cidadãos. Além disso, essa pesquisa pode fazer com que os leitores se questionem sobre a realidade que vivenciam e busquem formas de modificá-la, como buscar que as leis previstas na constituição sejam aplicadas.

Referências

- GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. Scielo Brasil, São Paulo, v. 05, x. 12, n. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/p4ZrFKSYwCg69jg8zqtxyJB/#>. Acesso em: 4 mai. 2024.
- GRAPEIA, Leonardo. **Falta de educação financeira aumenta desigualdade em era de instabilidade**. Exame, 15. jul.2022. Disponível em:
<https://exame.com/bussola/falta-de-educacao-financieira-aumenta-desigualdade-em-era-de-instabilidade/>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- PAES, Ricardo; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Scielo Brasil, São Paulo, v. 26, x. 05, n. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/#>. Acesso em: 4 mai. 2024.
- ABRAHÃO, Jorge. **Evolução e desigualdade na educação brasileira**. Scielo Brasil, São Paulo. x. 09, n. 2006. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/#>. Acesso em: 4 mai. 2024.
- SILVA, Jairnilson; Fontes, Carmen. **Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios**. Scielo Brasil, v. 13, x. 10, n. 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LSrY4BhGKSRCFFxvQsYvCMd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- ADAS, Suzely; Antônio, Jeidson; Saliba, Orlando; Adas, Cléa; Guimarães, Lívia; Adas, Nemre. **Satisfação e percepção do usuário do SUS sobre o serviço público de saúde**. Scielo Brasil. v. 20, x. 01, n. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/mhKYHzfQFwKrLKct9WW4rBb/#>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- NEIRI, Marcelo; Soares, Wagner. **Desigualdade social e saúde no Brasil**. Scielo Brasil, Rio de Janeiro, v. 28, x. 08, n. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/n5WCfG6hxCNTKjT5tVdqGJs#>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- REGINALDO, Pedro. **Desenvolvimento econômico, desigualdade e saúde**. Scielo Brasil, Salvador, v. 20, x. 01, n. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/vfkK3gZHbtflZx6TgrtQ9TN/#>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- NAYARA, Marianny; Leandro, Dyego; Gomes, Ana; Miranda, Kezauyn; Araujo, Talita; Ribeiro, Isabelle. **Fatores associados ao acesso precário aos serviços de saúde no Brasil**. Scielo Brasil, Rio Grande no Norte, v. 18, x. 12, n. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Z4sYgLBvFbJqhXGgQ7Cdkbc/#> . Acesso em: 19 mai. 2024.
- ALCIDES, José. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. Scielo Brasil, Minas Gerais, v. 22, x. 08, n. 2008. Disponível em:
- Intrépido: Iniciação Científica, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./ jul. 2024

<https://www.scielo.br/j/dados/a/brf6bb9VzDCHMSmLbb8GHLF/#ModalTutors>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ABRAMO, Laís. **DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**. Ciência cultura, Scielo Brasil, São Paulo, x. 10 e 12, n. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020. Acesso em: 1 jun. 2024.

LAVINAS, Lena; Nicoll, Marcelo. **Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas**. Seer, Rio de Janeiro, v. 02, x. 02, n. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Actio%20Brasil/Downloads/admseer,+280-1111-1-CE.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ARAÚJO, Nadya. **Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. Scielo Brasil, São Paulo, v. 05, x. 03, n. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tqZmFkCDRBrJn6mkbPnrJvC/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SCHUCK, Karla. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. Scielo Brasil, Rio Grande do Sul, x. 10 e 12, n. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/#>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CORDEIRO, N. J. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. da. (2018). **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA**. Ensino Da Matemática Em Debate, 5(1), 69–84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PASTORE, José; Vale, Nelson. **Mobilidade Social no Brasil**. Makron Books, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.josepastore.com.br/papers/MOBILIIDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 25. mai. 2024.

GODOI, Marciano Seabra de. **Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: a persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 59, n. 235, p. 61-74, jul./set. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p61. Acesso em: 23 jun. 2024.

ABÁDIA, Maria. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações**. Scielo Brasil, Distrito Federal, v. 10, x. 11, n. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/#>. Acesso em: 16. jun. 2024.

MENEGHETTI, Alfredo. **O dinheiro nas nossas vidas**. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kHfxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira&ots=07fKojVwv6&sig=nRYOJ59SfW-Tr4rkgT0BOfgXSTU#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MONTEIRO, Cláudia. **Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais**. Academia.edu, v. 3, n. 2 x.2001. Disponível em:

Intrépido: Iniciação Científica, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./ jul. 2024

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62014736/Desigualdade de rendimentos e educacao no Brasil CMF20200206-62292-12zz2vr.pdf?1581020476=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDesigualdade de rendimentos e educacao n.pdf&Expires=1719090949&Signature=Swi4hgeRs5CgXW9VEg5VlsuJ9Mm7ym2Dir5CTS6AN40B98QvEQt~SoQ8K27rJbIXXfTN-GW8bOYtoxxw8aj2yHDC1IZ2fNHAlmOJu5kHngPaBijwQFf3qmHnSU6yWk1K87D1Ndh6C4WVQHq4-BFUzA4I8t5ZnvhljF4o5ZunWRB3vLRDLiFlvh2a03-EZZmmsuMlzpJ4zWKbLz~KRkv28HVP2vW8dMx7kMAIxx9jdB30AP2YejOe6lqPoXzT1aBQQ-PF~Djn55SsdzF1PEmn3-IomGqx~PF8drfw5RT4GeRGCSr1FK84tsGgn3rMLmjG8XLWij5HJlsHIXZforSCg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62014736/Desigualdade%20de%20rendimentos%20e%20educacao%20no%20Brasil%20CMF20200206-62292-12zz2vr.pdf?1581020476=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDesigualdade%20de%20rendimentos%20e%20educacao%20n.pdf&Expires=1719090949&Signature=Swi4hgeRs5CgXW9VEg5VlsuJ9Mm7ym2Dir5CTS6AN40B98QvEQt~SoQ8K27rJbIXXfTN-GW8bOYtoxxw8aj2yHDC1IZ2fNHAlmOJu5kHngPaBijwQFf3qmHnSU6yWk1K87D1Ndh6C4WVQHq4-BFUzA4I8t5ZnvhljF4o5ZunWRB3vLRDLiFlvh2a03-EZZmmsuMlzpJ4zWKbLz~KRkv28HVP2vW8dMx7kMAIxx9jdB30AP2YejOe6lqPoXzT1aBQQ-PF~Djn55SsdzF1PEmn3-IomGqx~PF8drfw5RT4GeRGCSr1FK84tsGgn3rMLmjG8XLWij5HJlsHIXZforSCg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 15 jun. 2024.

TERESA, Maria. **Educação popular: desafio à democratização da escola pública**. Scielo Brasil, Rio de Janeiro v. 11, x. 5, n. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/nfzYTnD5HPLQLsrvk3zCk4G/#>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTANA MATTOS, A. I. **Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa**. Saúde.com, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 266-279, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/372>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LIMA, N. C.; BRITO, S. M. A. **Educação Financeira: relevâncias e iniciativas da ENEF**. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 82–105, 2024. DOI: 10.48075/comsus.v10i2.32319. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/32319>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=205#:~:text=Art.&text=Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o-,Art.sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho>. Acesso em: 4 mai. 2024.

JUCOBOWSKI, Veranise; Couto, Mario. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**. Scielo Brasil, Rio de Janeiro, v. 01, x. 11, n.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7BZ7BG3f4h7xZqFN6HGvdKP/#>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PERO, V. **Mobilidade Social no Rio de Janeiro**. *Revista de Economia Mackenzie*, [S. l.], v. 4, n. 4, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/793>. Acesso em: 23 jun. 2024. Acesso em: 23 jun. 2024.

ARAÚJO, Beatriz; FRANCISCO, Maiara; PADILHA, Fausto; MECI, Rogério. **Educação Financeira**. *Revista Científica UNILADO*. São José do Rio Preto, v. 09, x. 11, n. 2018. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/97>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SOARES JÚNIOR, C. A.; BERTO DE LIMA, L.; GREATTI, L.; MEURER SELA, V. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS**. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 5, n. 1, 8 out. 2021. Disponível em:

Intrépido: Iniciação Científica, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./ jul. 2024

<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14086> . Acesso em: 12 jun. 2024.